



## TRABALHO EMOCIONAL E TRABALHO COGNITIVO NAS EXPERIÊNCIAS DE GESTAR, PARIR E CRIAR

Emotional and cognitive labor in the experiences of gestating, giving birth, and raising children

**Hozana Reis PASSOS**

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, Brasil

[hozanapassos@gmail.com](mailto:hozanapassos@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9845-593X> 

**Iza Rodrigues da LUZ**

Departamento de Ciências Aplicadas à Educação  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, Brasil

[izarodriguesluz@gmail.com](mailto:izarodriguesluz@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4772-1329> 

**Isabel de Oliveira e SILVA**

Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, Brasil

[isabel.os@uol.com.br](mailto:isabel.os@uol.com.br)

<https://orcid.org/0000-0003-2223-4548> 

Mais informações da obra no final do artigo 

### RESUMO

Este artigo, fruto do recorte de resultados de um estudo com mulheres-mães para uma tese de doutorado, buscou compreender as relações entre as experiências de gestar, parir e criar filhos em contextos familiares durante a primeira infância. Para isso, foi utilizada a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, a partir de questionário aplicado a 120 participantes e de grupo focal com 11 dessas mulheres. A análise de conteúdo temática e a abordagem construtiva interpretativa foram referenciais de análises das narrativas. O trabalho emocional e o trabalho cognitivo emergem dessas análises como fatores de sobrecarga das mulheres-mães, derivado da assimetria na divisão sexual do trabalho de cuidados, evidenciando a naturalização da maternidade compulsória frente à recorrência da paternidade facultativa. Os achados reforçam a urgência de políticas públicas e de transformações culturais e econômicas que promovam a efetiva redistribuição do cuidado, reconhecendo-o como responsabilidade coletiva e como condição fundamental para a reprodução do viver.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho de cuidados. Trabalho cognitivo. Trabalho emocional. Maternidades. Feminismos.

### ABSTRACT

This article, derived from findings of a doctoral study involving mothers, sought to understand the relationships between the experiences of pregnancy, childbirth, and child-rearing within family contexts during early childhood. To this end, a mixed-methods design was employed, combining quantitative and qualitative approaches through a questionnaire administered to 120 participants and a focus group with 11 of these women. Thematic content analysis and a constructive interpretive approach were used to analyze the narratives. Emotional and cognitive labor emerge from these analyses as factors that increase the burden on mothers, resulting from the asymmetry in the sexual division of care work, highlighting the naturalization of compulsory motherhood in the face of the prevalence of optional fatherhood. The findings reinforce the urgency of public policies and cultural and economic transformations that promote the effective redistribution of care, recognizing it as a collective responsibility and as a fundamental condition for the reproduction of life.

**KEYWORDS:** Care work. Cognitive labor. Emotional labor. Motherhood. Feminisms.

## INTRODUÇÃO

O que chamamos de cuidado pode ser considerado a finalidade do trabalho que, como prática social, promove a reprodução da vida (Fraser, 2016) ou, sob a ótica capitalista, a reprodução da força de trabalho (Federici, 2019). Essa prática desenvolve-se ao longo da história, socialmente designada como responsabilidade das mulheres (Fraser, 2016; Federici, 2019).

Segundo Biroli (2015, p. 89), “a fusão entre domesticidade e feminilidade teve um papel histórico importante na naturalização da divisão sexual do trabalho”. O cuidado ocorre de forma gratuita ou pouco remunerada, em espaços públicos e privados, sob as condições do modo de produção capitalista, patriarcal e colonialista (Kergoat, 2003; Hirata, 2001; Federici, 2019). Para Biroli (2015, p. 83), “dissociar cuidado e trabalho pode ter o efeito de suspender as condições estruturais em que o exercício do cuidado, assim como a possibilidade de receber cuidado, se definem”. A autora ressalta, ainda, que entender o cuidado como trabalho não significa abordá-lo como “qualquer tipo de trabalho”. Um dos exemplos citados por Biroli (2015) sobre o impacto da divisão sexual do trabalho nas mulheres está na problemática relacionada à necessidade do trabalho de cuidados com as crianças e à responsabilidade de cuidar de si e delas, incluindo o provimento de condições mínimas como moradia e alimentação, numa conformação social de valorização da unidade familiar como espaço naturalizado para tarefas de reprodução da vida e, conseqüentemente, de desresponsabilização dos espaços públicos, dos homens e das instituições públicas.

Percebe-se, muitas vezes, que as análises sobre conceitos e práticas de cuidado e educação de bebês e crianças estão presentes, em estudos acadêmicos e em debates, como fruto das relações humanas intergeracionais e, principalmente, no âmbito das instituições de ensino ou de saúde e, por vezes, no espaço doméstico. De fato, esses são os principais ambientes onde ocorrem tais atividades. Há, contudo, que se ressaltar o contexto sócio-histórico, político e econômico em que essas práticas ocorrem e a responsabilidade do Estado burguês e do modo de produção capitalista diante da conjuntura do que atualmente se denomina “crise do cuidado” (Fraser, 2016). A crise a que Nancy Fraser (2016) se refere é fruto da contradição entre capital e cuidado no contexto de reprodução social, conforme explica a autora:

Tal trabalho, constituído tanto de labor afetivo como de labor material e frequentemente realizado sem pagar, e indispensável para a sociedade. Sem ele, não poderia haver qualquer cultura, qualquer economia, qualquer organização política. Nenhuma sociedade que mine a reprodução social de modo sistemático

pode durar por muito tempo. Hoje, porém, uma nova forma de sociedade capitalista está fazendo exatamente isso. O resultado é uma crise enorme, não só do cuidado, mas da reprodução social nesse sentido mais amplo (Fraser, 2016, p. 262).

Nesse contexto, é importante destacar a naturalização da responsabilização das mulheres pela gestão do cuidado de todas as pessoas, seja no espaço público ou privado, seja no trabalho de cuidados remunerado ou não remunerado, seja na própria comunidade, assim como na operacionalização das políticas públicas (Sorj, 2014).

Para Fisher e Tronto (1990 *apud* Tronto, 2007), cuidado pode ser definido como “uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível”. As autoras ainda propõem a descrição de quatro fases do cuidar: “cuidar de; importar-se com; oferecer o cuidado e recebê-lo”.

Considerando tais fases e relacionando-as ao contexto de cuidados com bebês e crianças, podemos dialogar com as contribuições de Kramer, Nunes e Pena (2020), ao sugerirem a presença do adulto, a reciprocidade, o vínculo e o encontro como condicionantes para o que chamam de uma ética do cuidado. A literatura dessa vertente teórica refere-se às implicações morais do cuidado a partir das formas locais e, segundo Tronto (2007, p. 286) advindas “das mais diminutas aos mais amplos conjuntos institucionais, sociais e políticos do cuidado na era moderna, e a partir de atitudes de interesse aos comportamentos do cuidar e suas práticas”.

Em contrapartida, Molinier e Paperman (2015) apontam para a necessidade de considerarmos o debate sobre a responsabilidade de cuidados nas análises sobre o cuidado. Para as autoras, “a ética do cuidado está associada a uma forte ideia de responsabilidade, na maioria das vezes relativa às relações interpessoais, sem considerar sua pertinência nas relações entre entidades coletivas” (Molinier; Paperman, 2015, p. 46).

Assim, há que se destacar as assimetrias na responsabilização pelo cuidado de bebês e crianças, não apenas sob a perspectiva das relações interpessoais, mas também nas relações institucionais, como entre famílias e Estado. Contudo, a concepção do cuidado como direito humano fundamental é histórica e socialmente situada de forma desigual.

No sistema capitalista, as desigualdades quanto às responsabilidades pelo cuidado geram diminuição das oportunidades de trabalho remunerado e, conseqüentemente, empobrecimento das mulheres e de seus filhos (Sorj; Fontes; Machado, 2007). Para Federici (2019), a divisão capitalista do trabalho criou,

ideologicamente, a dicotomia entre família e fábrica, pessoal e privado, trabalho produtivo e improdutivo, inserindo aí a gratuidade do trabalho doméstico na família como “um ato de amor”.

No Brasil, para as mulheres negras, a realidade é pior, pois estas ainda possuem uma renda mensal quase 40% menor que a das mulheres brancas, que, por sua vez, apresentaram, na mesma pesquisa (IPEA, 2017), uma renda mensal de quase 30% menor que a dos homens. Em relação ao trabalho de cuidado, observa-se, conforme pesquisa do Datafolha (2020), que 57% das mulheres que passaram a trabalhar em regime de *home office* durante a pandemia de covid-19 disseram ter assumido a maior parte dos cuidados com a casa. Entre os homens, esse percentual é de 21%.

Picanço, Araújo e Covre-Sussai (2021), ao analisarem as percepções sobre papéis de gênero, a divisão do trabalho doméstico entre casais e o conflito entre a casa e o trabalho remunerado, concluíram que as categorias de gênero, raça e classe “operam efetivamente como dimensões imbricadas e influenciam as percepções e práticas atitudinais dos indivíduos”. Sendo assim, as práticas de cuidado e educação de bebês e crianças ocorrem em um contexto de divisão social, sexual e racial do trabalho, em que mulheres exercem o trabalho remunerado (quando conseguem acessá-lo), o doméstico e o parental de forma sobreposta e invisível.

Este artigo destaca duas dimensões do trabalho de cuidados: o trabalho emocional e o cognitivo. Estas emergiram como categorias de análise de narrativas de mulheres-mães em pesquisa de doutorado que investigou relações entre as experiências de gestação, parto-nascimento e práticas de cuidado e educação desenvolvidas com bebês e crianças, ao longo da primeira infância, em contextos familiares.

As demandas por cuidado físico, intensificadas na primeira infância, se sobressaem na percepção sobre o trabalho de cuidados, caso não estejamos atentas às suas demais dimensões — o trabalho emocional e o cognitivo. O trabalho emocional caracteriza-se pela gestão, regulação e expressão das emoções para atender às expectativas sociais, profissionais ou familiares (Hochschild, 1983). Já o trabalho cognitivo compreende as ações que envolvem a antecipação de necessidades, a identificação de opções para atendê-las, a tomada de decisões e o monitoramento do progresso de determinada meta ou objetivo referente ao atendimento às necessidades identificadas (Daminger, 2019).

Os resultados da pesquisa contribuem para a construção de evidências sobre a generificação do trabalho de cuidados de bebês e crianças nos grupos sociais urbanos,

nos quais as mães, as avós, as professoras da educação infantil e as babás são as principais responsáveis por dar sustentabilidade ao desenvolvimento humano na primeira infância. Seria um equívoco naturalizar esses dados como resultados de algo nato, de base exclusivamente biológica. É necessário, portanto, analisarmos esse fenômeno com lentes que realcem a construção sócio-histórica e a magnitude do trabalho de cuidados para a reprodução da vida e para o desenvolvimento das sociedades.

Este artigo, constituído por recortes de uma tese de doutorado, situando brevemente o desenvolvimento metodológico da pesquisa, parte da caracterização do perfil sociodemográfico das participantes e de suas famílias e apresenta análises das narrativas que apontam as dimensões do trabalho emocional e do trabalho cognitivo de cuidados como fatores de sobrecarga para as mulheres-mães. Por fim, este trabalho problematiza os resultados obtidos e dialoga com outros estudos que abordaram as dimensões mencionadas nas relações de cuidado.

## CONTEXTO DO ESTUDO

O estudo contou com 120 mulheres-mães que compõem uma população de 1280 participantes da pesquisa-intervenção e exposição Sentidos do Nascer - SdN (2015-2016) que, nessa ocasião, estavam gestantes. A exposição Sentidos do Nascer é um projeto que visa difundir informações sobre as melhores práticas obstétricas baseadas em evidências científicas, incentivar o parto normal, denunciar práticas obstétricas abusivas e proporcionar experiências interativas e sensoriais sobre parto e nascimento dignos, a partir do cuidado centrado nas necessidades e direitos da díade (parturiente-bebê) (Lansky *et al.*, 2019).

A exposição itinerante passou por Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ) e Niterói (RJ) entre 2015 e 2016. Atualmente, a SdN possui instalações no Parque das Mangabeiras, em Belo Horizonte, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Do total de gestantes que participaram da pesquisa durante a visita à SdN (n=1280) no período acima citado, 648 responderam a uma segunda entrevista, quando puérperas, sobre suas experiências de parto e cuidados com os bebês nos primeiros dias ou meses de vida. Entre 2022 e 2023, sete anos depois, essas mulheres foram convidadas a participar deste estudo, que teve como objetivo compreender as relações entre os

processos de gestar, parir, cuidar e educar crianças pequenas, a partir de uma pesquisa de doutorado que buscou o diálogo entre as áreas da saúde e da educação.

Após contato por telefone ou correio eletrônico, 120 mulheres aceitaram responder ao questionário em formato eletrônico, elaborado na Plataforma *Lime Survey*, com 70 questões objetivas e discursivas, e, alguns meses depois, 11 dessas mulheres participaram do grupo focal realizado nas instalações do Parque das Mangabeiras, onde funciona a Exposição em Belo Horizonte.

O banco de dados da SdN (2015-2016), gerado pelas investigações anteriores, foi utilizado para resgate desse contato e para o levantamento de dados referentes ao perfil das participantes à época, ao ciclo perinatal (gestação, parto, puerpério), às condições do bebê e aos primeiros cuidados ao nascimento e nos primeiros dias ou meses de vida.

A temática abordada neste artigo foi desenvolvida a partir de categorias-síntese elencadas após análise qualitativa de narrativas escritas (questionário) e orais (grupo focal) que abordavam vivências como gravidez, trabalho de parto, puerpério, aleitamento materno, introdução alimentar, cuidados com a saúde das crianças com condições crônicas, acesso à educação infantil, acesso aos serviços de saúde e às redes de apoio. Para as respostas escritas, utilizou-se a análise de conteúdo temática (Bardin, 2006), com agrupamento de temas relevantes para o diálogo com o objeto de estudo. As experiências compartilhadas no grupo focal foram analisadas, após transcrição e observação de vídeo, a partir da proposta metodológica construtiva interpretativa de González Rey (2010) segundo a qual se buscam os sentidos da fala dos sujeitos e não apenas o conteúdo da fala, permitindo a construção da complexidade dos problemas abordados, numa perspectiva dialética complexa e histórico-cultural (González Rey, 2010).

Tendo em vista a relevância dos marcadores sociais para a temática abordada, torna-se necessária a análise descritiva das características socioeconômicas e demográficas das participantes na ocasião de nosso estudo (2022-2023)<sup>1</sup>, elaborada a partir de respostas do questionário. Na apresentação dos excertos das falas, as participantes são apresentadas de maneira a manter o anonimato de todos os sujeitos envolvidos nas narrativas, por meio de codinomes. Às mulheres-mães, foram atribuídos codinomes de mulheres já falecidas com trajetórias de vida pública.

---

<sup>1</sup> As proporções numéricas foram arredondadas para cima ou para baixo para facilitar a leitura.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Características socioeconômicas e demográficas

A maioria das participantes eram mulheres brancas (57%), seguidas por 23% de mulheres pretas, 15% de mulheres pardas e 0,8% de mulheres que se autodeclararam de raça/cor amarela. A idade variou entre 24 e 48 anos, com média de 38 anos. Sobre a situação conjugal nos primeiros seis anos de vida da criança, a maior parte das mulheres esteve casada (72%) ou em união estável (12%).

Quanto à renda familiar, a faixa de 5 a 10 salários mínimos foi a mais prevalente (42%). As demais participantes distribuíram-se, em ordem decrescente, entre as faixas de 10 a 20 salários (17%), 3 a 5 salários (12%), 2 a 3 salários (10%) e acima de 20 salários mínimos (8%). As menores proporções concentraram-se nas faixas de 1 a 2 salários (4%) e até 1 salário mínimo (3%), enquanto 2% das mulheres não declararam o rendimento. Adicionalmente, observou-se que quase metade das participantes (49%) exerciam o papel de chefes de família<sup>2</sup>.

Em relação ao nível de escolaridade, observou-se uma amostra com elevado grau de instrução, na qual 66% das participantes possuíam pós-graduação e 25% ensino superior completo. As demais dividiram-se entre aquelas com ensino médio (6%) e com ensino superior incompleto (2%).

Sobre a situação de trabalho na ocasião desta pesquisa, a maioria possuía vínculo formal de trabalho, como servidoras públicas (37,5%) ou carteira assinada (30,8%). Observou-se que 41,6% das mulheres deixaram o trabalho remunerado por algum período para cuidar dos filhos. O período de afastamento das atividades que exerciam anteriormente variou entre 6 meses e 7 anos. Para esta análise, foram excluídas as mulheres que se afastaram do trabalho por alguns dias devido à licença médica para cuidar dos filhos. A carga horária de trabalho semanal média foi de 31,6 horas e a mediana foi de 40 horas.

A maioria (97%) das famílias morava em área predominantemente urbana, sendo 97,5% em bairro e 2% em favela, comunidade ou aglomerado. Minas Gerais foi o estado de moradia predominante, com 62% das respondentes, seguido pelo Rio de Janeiro, com 32,5%. As demais (6%) declararam moradia em outros estados (Bahia,

---

<sup>2</sup> Termo utilizado pelo IBGE para designar o provedor ou responsável financeiro que mais contribui com os rendimentos da família.

Espírito Santo, Rio Grande do Norte), no Distrito Federal e em outros países (Argentina, Uruguai e Espanha).

Uma parcela significativa das mulheres trabalhava na ocasião da pesquisa e quase metade assumia o papel de chefe de família. No entanto, uma parcela considerável dessas mulheres afirmou a necessidade de afastamento temporário do trabalho remunerado para cuidar dos filhos, sendo que duas delas ainda não haviam retornado às suas funções laborais remuneradas antes da chegada dos filhos.

Segundo Silveira (2021, s/p), “o tempo do cuidado coloca-se entre o trabalho e a vida, nesse constante deslocamento realizado predominantemente por mulheres, entre a esfera do trabalho e a esfera familiar, o que gera uma sobreposição de atividades que tem impactos negativos na vida laboral e pessoal”. Tal situação pode ser exemplificada quando há perda de oportunidade de ascensão na carreira: “Na época, tive uma oportunidade na minha área de formação e, como minha filha tinha apenas 7 meses, escolhi não seguir” (Rosa, 2022).

A maioria das mulheres (84%) planejou a gestação das crianças do referido estudo. A composição familiar foi composta, de forma predominante, por famílias biparentais. No que diz respeito ao número de filhos nascidos vivos, a média e a mediana indicam dois filhos por mãe na amostra.

## **Trabalho emocional**

O trabalho emocional ficou realçado nas experiências de cuidado e educação relatadas pelas mulheres em ambos os instrumentos de pesquisa. Ele é considerado a dimensão mais invisível do trabalho de cuidados.

A socióloga Arlie Hochschild (1983) cunhou o termo “trabalho das emoções” para designar a gestão de sentimentos, descrevendo-o, conforme interpreta Bonelli (2016, p. 358), “como a forma consciente como os seres humanos atuam para suprimir a distância entre o que estão sentindo e o ideal que têm do que deveriam sentir”. Nessa interpretação, observa-se que, nas sociedades capitalistas avançadas, esse dilema resulta na percepção de perda de autenticidade, gerando um paradoxo: “[...] quanto mais se busca recuperar os sentimentos verdadeiros ou entrar em contato consigo mesmo, o que é valorizado na modernidade, mais os sentimentos são submetidos ao comando, à manipulação e a serem administrados” (Bonelli, 2016, p. 358).

As participantes deste estudo explicitaram como desenvolvem o trabalho emocional e como se engajam, se frustram e até mesmo se transformam diante da

condição de gestantes, parturientes, mães ou esposas. Assim, o cotidiano das atividades de cuidado demanda reposicionamento das expectativas:

*A introdução de alimentos foi um processo difícil e cansativo. Como mãe, tinha expectativas de que minha filha comesse mais e isso me estressava. Mas ela ainda tomava leite do peito, então de fato não era um problema grave, meu estresse era mais por minhas expectativas e pressões da sociedade (Rita, 2023).*

O trabalho emocional torna-se, então, um processo de transição para tais funções sociais, sendo que, a cada fase vivenciada, mais tarefas de cuidado emocional são agregadas e ficam sobrepostas às demais dimensões do trabalho de cuidados.

A cobrança das mulheres sobre si mesmas também aparece quando avaliam o que deveriam sentir ou fazer no pós-parto, evidenciando a intensidade emocional vivenciada no puerpério e a complexidade de cada experiência, como demonstra o relato de uma participante com filhos gêmeos:

*[...] Momento que teria que ser para ser lindo, foi muito difícil. O Ângelo ficou no hospital 45 dias e eu com o Nino, e aí é aquela situação, eu tava tentando cuidar do Nino, mas não tava legal. Eu saí do hospital, recebi alta e eu devia estar feliz de ir para casa bem com o Nino... e eu não tive esse momento para ele, porque eu estava absolutamente destruída por causa do Ângelo. Eu devia estar pelo menos meio feliz, mas eu não estava meio feliz. É claro que estava satisfeita dele estar bem, feliz, mas deixar um filho no hospital e ir embora é uma dor inenarrável (Nina, 2023).*

Ficam ressaltados nessa experiência a sensação de inadequação, o desconforto emocional percebido, a tentativa de autocontrole e a autocritica sobre quais sensações deveriam estar presentes no momento da alta de um dos filhos, em contraste com a autopercepção de dor ao sair da maternidade e deixar o outro filho (gêmeo) internado em estado grave. A ambiguidade entre estar satisfeita com a alta e o bem-estar do primeiro gêmeo colide com a sensação de devastação diante do estado de saúde do segundo, tornando evidente que a vivência subjetiva manifestada se configura em oposição à expectativa e à crença da própria mulher. Aqui, o sentido subjetivo da dor pode estar ligado à fragmentação da experiência materna em que a necessidade de cuidados de um recém-nascido em casa coexiste com a necessidade de vínculo e dedicação presencial ao bebê que está na UTI.

Outra forma de expressão do trabalho emocional foi observada nos relatos sobre acolher, acalmar, transmitir segurança, demonstrar afeto mesmo quando cansadas, regular emoções para não transmitir ansiedade ou raiva à criança, por exemplo. Nesse sentido, foi explicitada a desconexão entre o desejo de operar perspectivas diferentes de referenciais pregressos de cuidado e educação, apreendidos com o intuito de reparação, e os desafios da realidade vivenciada no dia a dia:

*[...] porque aquela disciplina positiva, eu não conheço quem possa conseguir fazer aquilo funcionar todos os dias... porque acho que nem Dalai Lama consegue fazer aquilo funcionar, porque nos dois anos [idade da criança] a gente enlouquece... e como é que você vai falar: "Meu filho...", você tá louca, entendeu? É difícil. Então a mãe dos anos [19]80, ela baixava em mim direto, aí eu tinha que empurrar ela para lá e voltar com a minha disciplina positiva, mas eu não tava curada, eu tava muito doente (Nina, 2023).*

A autocobrança de uma postura coerente com um referencial de educação reconhecido pela mulher como mais respeitoso em relação à criação da "mãe dos anos 80" (Nina, 2023) demonstra o cotidiano da gestão das emoções diante do cuidado e educação dos filhos, bem como deflagra a necessária negociação entre o que se projeta e o que é passível de ser praticado na parentalidade em que é preciso considerar, inclusive, a situação de saúde mental materna.

As experiências de lidar com o julgamento de familiares sobre a escolha do tipo de parto, sobre o aleitamento materno e as formas de cuidado com os bebês revelam o trabalho das interlocutoras em reverter as emoções, demonstrando-se "boas mães" (Badinter, 1985; Rich, 1986) o suficiente para cuidar de seus filhos sem a ajuda de terceiros, mesmo nos primeiros dias pós-parto, a partir de uma expectativa de que o parto normal as deixaria mais aptas para a realização de tais cuidados:

*Aí tive laceração<sup>3</sup>... então assim, eu tive que lidar um pouquinho com a frustração... porque não tinha sido do jeitinho que eu tinha idealizado, que eu queria aquele parto que eu vi lá no meu estágio [curso de Enfermagem]. Mas aí eu queria provar também para todo mundo que assim, né? Na minha família que era ... [...] que tinha sido a melhor decisão. [...] Aí eu ganhei minha neném, quis dar meu primeiro banho e quis mostrar que, né... que tava tudo ótimo! (Cora, 2023).*

As falas demarcam expressões do trabalho emocional de lidar com as próprias expectativas e com as de seus familiares.

Ao elaborar, numa perspectiva sociológica, que os sentimentos não estão guardados nas pessoas e que, ao gerenciar as emoções, pode-se desenvolver a criação de determinados sentimentos, Hochschild (1983) nos oferece uma compreensão do que foi manifestado pelas mulheres deste estudo. Por exemplo, a percepção de culpa, frustração, perda de controle e medo diante das experiências de gestar, parir e criar podem estar relacionadas "a fatores e contextos sociais, adquirindo características externas em vez da visão que os mantém isolados no interior das pessoas" (Bonelli, 2016, p. 358). A sensação de inadequação de sentimentos e sua adaptação diante das expectativas foi expressa pelas mulheres como "ter que dar conta". Essas mulheres

---

<sup>3</sup> Laceração é a ruptura espontânea dos tecidos da região entre a vagina e o ânus que pode ocorrer durante o parto vaginal, em consequência da distensão causada pela passagem do bebê.

parecem exercer o que Hochschild (1983) denomina *deep acting* — ter que se esforçar para gerar internamente o sentimento exigido ou reinterpretar a situação para sentir algo mais alinhado ao que se deve demonstrar — alegria com a chegada do filho, paciência com comentários de familiares e consolar-se diante de um pedido não atendido.

A autora aponta ainda que, enquanto trabalho emocional, a gestão dessas emoções assume a natureza de uma jornada de trabalho extra (Hochschild e Machung, 2012). Essa reflexão se torna relevante para nosso objeto de estudo, tendo em vista que as normativas, sejam elas benéficas e baseadas em evidências científicas, ou aquelas desfavoráveis e baseadas em determinadas posturas de profissionais ou pelas imposições de mercado, podem ser consideradas como elementos que interagem no gerenciamento das emoções no desenvolvimento de sentimentos diante das experiências do ciclo perinatal e dos modos de criação.

Da mesma forma, o perfil socioeconômico e demográfico e a cultura na qual cada mulher está inserida podem ser concebidos como contexto, podendo estar relacionados à criação desses sentimentos. Independentemente dos desfechos de gestação, parto e modos de cuidar e educar, o conflito entre a administração das expectativas e a urgência de percepção do real experimentado deve ser considerado como parte desse trabalho emocional. Vivenciado muitas vezes de forma solitária, acaba por gerar sensação de sobrecarga emocional diante dessas interações, principalmente se estas estiverem mais sob o comando das normativas do que regidas pela adequação às buscas de singularidade na experiência de cada mulher, criança ou família.

Nos últimos anos, houve iniciativas que consideram a situação de sobrecarga emocional das mulheres na vivência desse ciclo de vida. Em 2023, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi alterado pela Lei nº 14.721 (Brasil, 2023), que evidencia a necessidade de suporte às gestantes, parturientes e puérperas, garantindo assistência para além do suporte físico, mas também psicológico, reforçando a importância do acompanhamento integral durante todo o ciclo perinatal.

Dar visibilidade à dimensão do trabalho emocional em contextos familiares nos ajuda a compreender o cuidado para além de sua concretude, evidenciando os afetos gerados, a escuta necessária e a regulação emocional assumida pelas mulheres historicamente, sendo preciso, no entanto, reconhecê-lo como um trabalho que possui valor social e político. Embora seja abordado aqui no âmbito das famílias, ele também está inserido na esfera pública. Na área da educação infantil, por exemplo, são identificadas intensas demandas de trabalho emocional por parte das educadoras

(Vincent; Braun, 2013), bem como na área da saúde e assistência social (Husso; Hirvonen, 2012). Não por acaso, essas áreas são compostas, em sua maioria, pela força de trabalho feminina (mulheres cisgênero e pessoas autoidentificadas com o gênero feminino).

Ainda a respeito da sobrecarga das mulheres nos contextos familiares, em seu livro *The Second Shift*, que pode ser traduzido como “O Segundo Turno” ou “A Segunda Jornada”, Hochschild e Machung (2012) revelam resultados e análises de pesquisas com famílias durante duas décadas nos Estados Unidos (EUA). As autoras expõem que, apesar da entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, elas ainda cuidavam da maioria das responsabilidades domésticas e de cuidados com os filhos.

A amostra foi composta por 50 casais para entrevista e 12 para observação aprofundada, incluindo famílias brancas, negras, asiático-americanas e latinas, de diferentes classes sociais. Esse estudo é considerado um marco para as investigações sobre trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, introduzindo a problemática da segunda jornada para a classe trabalhadora, especialmente na vida das mulheres trabalhadoras dos EUA. Os achados descrevem como a segunda jornada gerou impactos na vida dos casais, pois estes sentiam culpa e inadequação, tensão conjugal, falta de interesse sexual e privação de sono.

Hochschild e Machung também compartilham histórias de alguns homens que dividiam igualmente o trabalho doméstico e de cuidados dos filhos com suas esposas, revelando que, embora incomum, essa era uma realidade para alguns casais. A partir da referida pesquisa, as autoras observaram, por meio das representações das práticas cotidianas, três construtos em relação aos papéis conjugais: a) tradicional: a mulher é identificada com as atividades domésticas de mãe, esposa, cuidadora; b) igualitário: a mulher é identificada com as mesmas esferas que seu marido e tem uma quantidade igual de poder no casamento; c) transicional: mistura entre os ideais tradicional e igualitário (Hochschild; Machung, 2012).

Dentre as conclusões, está a afirmação de que a cultura, gerada por normas e expectativas, influencia a visão sobre o que é normal ou esperado sobre os papéis dos cônjuges. Essas normas compõem o que Hochschild e Machung (2012) descrevem como *cultural cover-up* ou encobrimento cultural das desigualdades domésticas.

Apesar de mudanças perceptíveis ao longo dos anos de estudo com as mesmas famílias, as autoras apontam que essas vivenciam barreiras à diminuição dessa sobrecarga, como a extensa carga horária de trabalho remunerado, o suporte inadequado de políticas públicas de acesso a creches, licenças de trabalho e flexibilidade

de tempo, as expectativas culturais e a desigualdade econômica. Essa última barreira foi observada quando casais com mais recursos podiam compartilhar o trabalho de cuidados com babás, ajuda nos serviços domésticos ou negociar melhor sua jornada de trabalho, enquanto casais de classe média baixa ou operária enfrentavam mais restrições (Hochschild; Machung, 2012).

A magnitude dessas barreiras e da naturalização de determinados papéis difere entre os países. No Brasil, e, especialmente na experiência das participantes deste estudo, o acesso a direitos trabalhistas, como a licença-maternidade para as trabalhadoras formais, demonstra maiores possibilidades de experiências fortalecedoras para o cuidado e a educação nos primeiros meses de vida dos bebês.

Contudo, os papéis de homem e mulher, pai e mãe, quando naturalizados no ambiente familiar, fazem com que esse direito conquistado acabe sendo revertido, pela cultura machista do espaço privado, em mais sobrecarga, o que leva a licença maternidade a se transformar em sentença de responsabilidade exclusiva das mulheres sobre o trabalho de cuidados do bebê em todas as suas dimensões: “[...] *Eu me lembro da cena dele colocando um travesseiro na cabeça e falando assim: ‘você tem licença-maternidade para você ficar com ele, eu não tenho licença-maternidade, você que se vire com ele’*” (Pagu, 2023).

A fala do genitor, ao se incomodar com o choro do bebê à noite (Pagu, 2023), demonstra como a paternidade, enquanto prática social de responsabilização pelo cuidado de um filho, pode ser facultativa, enquanto a maternidade se torna compulsória (Rich, 1986; Badinter, 1985), sendo cobrada por quem deveria compartilhar o cuidado.

## **Trabalho cognitivo de cuidados**

As características que compõem o trabalho cognitivo, quando distribuídas, conforme Daminger (2019), costumam estar sob domínios distintos de relações de poder entre casais heterossexuais. Um exemplo pode ser observado nas tarefas de antecipação e de monitoramento, pois apresentam alta invisibilidade e baixo poder. Nessas dimensões, segundo a autora, as mulheres estão mais propensas a se envolver desproporcionalmente em relação aos homens. Para ela, as dimensões que apresentam baixa invisibilidade e médio ou alto poder, como a identificação e a tomada de decisão, possuem maiores chances de serem compartilhadas por homens e mulheres (Daminger, 2019). A autora considera, portanto, o trabalho cognitivo como uma experiência de gênero e como uma fonte negligenciada de desigualdades.

O trabalho cognitivo, ou trabalho intelectual do cuidado, muitas vezes não é percebido nem mesmo pelas mulheres, o que aumenta a carga mental e o tempo não contabilizados no momento da divisão do cuidado familiar.

As interlocutoras do estudo demonstraram essa dimensão do trabalho de cuidados ao descreverem ações durante todo o ciclo perinatal, inclusive na gestação, tais como: na busca de informações seguras sobre os cuidados com o bebê: *"foi uma época que eu fiz todos os cursos que eu podia, de amamentação [...]"* (Pagu, 2023); na investigação sobre a assistência obstétrica: *"[...] quando eu fiquei grávida eu comecei a procurar e ler e estudar e comecei a ver como que é o sistema..."* (Tarsila, 2023); no agendamento e no comparecimento às consultas e exames; na participação de grupos de gestantes; na atenção para as orientações profissionais e para as ações de autocuidado; na opção pela maternidade em que iriam dar à luz; na realização do enxoval do bebê e preparação do ambiente doméstico para a chegada do filho; no planejamento do parto; na obrigação de decidir sobre troca de profissional assistente ou de maternidade ao final da gestação; na orientação ao acompanhante sobre como agir durante o trabalho de parto; na construção e pedido de ajuda à rede de apoio; no planejamento de finanças, dentre outras.

Apesar de parecer natural que a responsabilidade de cuidar de si e do bebê em desenvolvimento seja atribuída a quem gesta, dada a própria fisiologia da gestação, há de se considerar as várias possibilidades de colaboração no trabalho de cuidados da díade gestante-conceito que podem ser desenvolvidas pelo outro genitor. No entanto, tal parceria se apresenta como opcional ou sem sentido para alguns homens:

*[...] a minha gravidez não foi planejada e eu não tive o apoio do pai do filho, então ele... ele não acompanhava, ele não ia ultrassom, ele nada[...] todos os dias ele chegava em casa 10 horas [da noite], o Nico pulava na minha barriga e eu falava pra ele assim: "mexe com ele" e ele falava assim: "isso é coisa de idiota". E eu conversava, né, eu me sentia idiota porque eu conversava, eu punha música, eu punha fone, né. Eu comprei o fone largo, eu punha na minha barriga para ele ouvir as músicas que eu gostava, eu conversava com ele, lia para ele, tudo* (Pagu, 2023).

O cuidado parental, que deveria ser uma responsabilidade compartilhada, é tratado pelo pai como um incômodo do qual se isenta ativamente. As falas e as atitudes demonstram uma negação radical do seu papel. Os relatos de Pagu condensam a experiência de inúmeras mulheres: a sobrecarga diante da complexidade do trabalho de cuidados de um recém-nascido e do autocuidado, a solidão no puerpério e a violência psicológica. A narrativa expõe como a recusa do genitor em assumir sua função parental de cuidador não é somente falha, mas, antes, vem esboçar atos de negligência e

violência que minam a saúde mental da mãe e as relações familiares desde o início da vida da criança.

A dedicação das mulheres-mães e a preocupação com o bem-estar do bebê denotam uma postura de corresponsabilidade pelo desenvolvimento intrauterino: “[...] eu pensava muito nele, né, a experiência para a criança” (**Francisca, 2023**), com consequências para o cuidado de si: “[...] porque eu tinha um propósito ali, né, eu tinha que cuidar da saúde do meu bebê e da minha...” (**Francisca, 2023**).

A vivência do processo gestacional, como momento de planejamento, estudo e monitoramento do próprio corpo, pode, então, ser compreendida, dentre outras perspectivas, como trabalho cognitivo, ao observarmos a expressão de cuidado às necessidades de desenvolvimento fetal e iniciativas de construção de vínculo com o conceito. A complexidade de tal trabalho é cobrada socialmente em todos os âmbitos, inclusive juridicamente, dada a obrigatoriedade do pré-natal para a garantia do desenvolvimento adequado do nascituro (Lei nº 8.069/1990) (Brasil, 1990).

A problematização da naturalização da carga de trabalho de cuidados atribuída às mulheres-mães durante o ciclo perinatal é tão necessária quanto a sua desconstrução. Ainda que o corpo seja de quem gesta, há inúmeras responsabilidades a serem compartilhadas. As falas das mulheres nos convocam para a reafirmação da necessidade da implementação de políticas de cuidado na esfera pública e privada.

Ao longo da primeira infância, surgiram relatos de trabalho cognitivo, tais como: decidir sobre as formas de introdução alimentar da criança e planejar o desmame; buscar suporte profissional ao desenvolvimento sensório-motor e cognitivo; lidar com o desfralde; decidir o momento de ingresso do filho ou filha na escola e buscar acesso às instituições de educação infantil; analisar a situação vacinal; aprender formas de alfabetizar a criança durante o período de isolamento social durante a pandemia de covid-19; auxiliar as crianças que estavam em ensino remoto quanto às tarefas escolares, entre outras.

Tais atividades de cuidado, se não compartilhadas, quando somadas às outras demandas da vida de uma mulher trabalhadora, geram estresse crônico e podem levar à exaustão, como evidenciado neste estudo: “Eu me sinto cansada e sobrecarregada em ter que decidir sobre escola, alimentação, natação, médico, comprar roupas, calçados... resolver absolutamente tudo sozinha, apesar da guarda compartilhada” (**Elza, 2023**). Observa-se, ainda, a ênfase da conjugação verbal na primeira pessoa do singular nesses discursos: “Eu sou a responsável pela educação do meu filho” (Elza, 2023), confirmando a exclusividade da responsabilidade atribuída, mesmo em caso de

guarda compartilhada, o que não significa uma parentalidade responsável de ambos os genitores. Tais exemplos mostram como “o trabalho cognitivo sustenta inúmeras outras tarefas e abrange vários domínios” (Krstić *et al.*, 2025).

Um estudo de revisão sistemática sobre a dimensão cognitiva do trabalho não remunerado no lar confirma que a maior proporção de trabalho mental, especialmente quando se trata de decisões sobre cuidados infantis e parentalidade, é realizada por mulheres (Reich-Stiebert; Froehlich; Voltmer, 2023). O público do estudo era predominantemente de pessoas de classe média, de origem norte-americana ou europeia. Ao comparar com seus companheiros, observou-se nessa pesquisa que as mulheres vivenciam mais consequências negativas relacionadas a esse tipo de trabalho, como estresse, menor satisfação com a vida e com os relacionamentos, além de perceberem impacto negativo em suas carreiras.

Um estudo observacional realizado por Krstić *et al.* (2025), com 263 participantes durante a pandemia de covid-19, sugere que a maior responsabilidade pelo trabalho cognitivo parece prejudicar os resultados do trabalho remunerado das mulheres, muito além de outros tipos de trabalho não remunerado. Como exemplo, é citado o trabalho doméstico pelo qual as mulheres também são desproporcionalmente mais responsabilizadas do que os homens.

Em conformidade com o estudo acima, as participantes de nossa pesquisa relataram suas dificuldades em relação ao trabalho remunerado ao longo da primeira infância de seus filhos, de forma mais acentuada, na pandemia de covid-19.

O trabalho doméstico e de cuidados não remunerado possui características que por si são geradoras de sobrecarga, pois, conforme descrito por Guedes, Bezerra e Silva (2023, p. 76), “não possui períodos de descanso nem férias, propiciam situações de abuso e não são adequadamente delimitadas nos projetos de lei”. Por exemplo, como exigir legalmente do pai de uma criança que planeje e prepare o lanche da escola, que vá às reuniões com os professores, que revise as condições de higiene da criança, que agende consultas médicas e que acompanhe as atividades extraescolares?

A invisibilidade do trabalho emocional e cognitivo de cuidados compõe, junto às outras dimensões desse trabalho, o que juristas feministas denominam “capital invisível investido na maternidade” (Keunecke, 2019, on-line). Essa autora denuncia como a divisão desigual de responsabilidades parentais é reproduzida em processos de divórcio, na medida em que os juízes costumam calcular apenas os custos alimentícios, moradia, vestuário, saúde e escola para o provimento da pensão, nomeada, por sinal, pensão

alimentícia. Keunecke (2019, on-line) defende que “tudo que tira de um indivíduo o tempo para produzir materialmente porque se está investindo em outro é despesa”.

Portanto, a defesa é de que haja divisão igualitária de responsabilidades entre genitores na criação de seus filhos ou que o capital invisível investido seja contabilizado pelo Poder Judiciário e remunerado por aqueles que não se dispõem a compartilhá-lo. Tal proposta é tratada como medida de direitos humanos pela autora, a partir de sua argumentação jurídica baseada na legislação nacional e em convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.

Desse modo, com o objetivo de oferecer ferramentas aos juristas para interpretar e decidir processos que envolvem desigualdades de gênero, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Ao utilizar esse protocolo nas decisões jurídicas, há uma ação concreta de visibilização do capital investido pelas mulheres no trabalho de cuidados.

De acordo com Ludovico (2024, p. 38), tal medida não representa “apenas uma medida de justiça material, mas um imperativo de equidade de gênero”. Da mesma forma, Federici (2021) entende que a reparação remuneratória pelo trabalho doméstico e de cuidados é mais que uma reivindicação econômica; trata-se de uma estratégia política de visibilização para dar nome e valor ao trabalho das mulheres, desmontando a naturalização de que o cuidado e a maternidade são expressões espontâneas de amor. A autora contribui para a compreensão de que a opressão vivenciada pelas mulheres-mães deste estudo não é apenas cultural, mas profundamente econômica e política. Ou seja, o capitalismo depende de uma esfera de atividades invisibilizadas — gestar, parir, criar, cozinhar, limpar, sustentar emocionalmente — que garantem a continuidade da produção e da acumulação (Federici, 2021).

Nessa perspectiva, pode-se constatar que o cotidiano de sobrecarga das mulheres-mães entrevistadas não é apenas fruto de escolhas individuais ou de um determinado contexto familiar, constituindo-se, antes, como a expressão de uma lógica histórica e sistemática de exploração.

## CONCLUSÃO

Na medida em que as práticas de cuidado, desde a gestação, são significadas como experiências de sobrecarga mental, risco de perda de autonomia e de relações conjugais que exacerbam as assimetrias de poder, a percepção sobre a criação de bebês e crianças se configura como uma referência negativa para as mulheres, influenciando,

em alguma medida, entre outros fatores, a decisão sobre a vida reprodutiva (Martine, 1996).

Nesse sentido, Hirata nos lembra da relevância da subjetividade como “dimensão estruturante do cuidado como relação social” (Hirata, 2022, p. 107). A autora investiga essas relações na perspectiva do trabalho de cuidados com pessoas idosas e alerta para o cenário de envelhecimento populacional, em que a inversão da pirâmide etária torna crítica a capacidade de cuidado entre os seres humanos de qualquer sociedade. E a questão que fica é: quem vai cuidar de quem envelhecerá, se as taxas de natalidade caem progressivamente enquanto aumenta a população idosa desproporcionalmente?

Desse modo, a negligência na socialização do trabalho de cuidados com bebês e crianças deve ser preocupação de todas as pessoas, instituições e governos. Até então, grande parte do trabalho de cuidados remunerado não foi substituída por máquinas ou inteligência artificial. Para além da diminuição da sobrecarga materna e do melhor desenvolvimento das crianças, a longo prazo, a desprivatização do trabalho de cuidados de bebês e crianças pode influenciar as taxas de natalidade e o consequente crescimento populacional. Uma demonstração dessa realidade está deflagrada em países da Europa, nos quais, ao mesmo tempo em que importam força de trabalho do cuidado de países periféricos, aplicam políticas públicas de amparo à maternidade e à primeira infância.

Portanto, entre as mudanças necessárias que promovem a socialização do trabalho de cuidados, é preciso desvinculá-lo das construções de gênero e reafirmar que a sobrecarga vivenciada pelas mulheres no âmbito privado possui relação direta com questões estruturantes da organização social do cuidado. Hirata (2022) afirma que, como as condições de vulnerabilidade e de interdependência constituem as experiências de vida de todo ser humano, todos devem se responsabilizar pelo trabalho de cuidados, independentemente de classe, raça ou gênero.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa, ao evidenciarem a sobrecarga das mães no cuidado cotidiano de bebês e crianças pequenas, revelam como essa corresponsabilidade ainda está longe de se concretizar nas práticas familiares, mesmo em famílias em que as mulheres possuem alta escolaridade e são, em sua maioria, provedoras financeiras. As narrativas coletadas no grupo focal e nos questionários mostram que a divisão sexual do trabalho de cuidados permanece profundamente assimétrica, expressando tanto a naturalização da maternidade compulsória quanto a recorrência da paternidade facultativa.

Conforme Rego, Fernandes e Paula (2022, p. 14), “[...] a revolução social contida na democratização do cuidado [...] permite questionar a forma que a sociedade se organiza no atendimento das necessidades sociais para garantir a sustentabilidade da vida humana”.

Assim, os achados de nossa pesquisa reforçam a urgência de políticas públicas e transformações culturais e econômicas que promovam uma redistribuição efetiva do cuidado, reconhecendo-o como responsabilidade coletiva e condição fundamental para a reprodução do viver, sem desconsiderar suas dimensões invisibilizadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As participantes demonstram investimento afetivo e político na busca por um ideal construído desde o momento em que decidiram engravidar, investimento no qual podem ser observadas dimensões invisíveis do trabalho de cuidados, como o emocional e o cognitivo. É importante destacar que essas análises se dão em um contexto de maioria de mulheres com histórico de gestações planejadas e desejadas, o que não reflete a experiência da maior parte das pessoas que gestam no Brasil.

Observa-se um perfil socioeconômico e educacional predominantemente elevado, caracterizado por alta escolaridade, renda familiar média e alta, em comparação com a população em geral, conforme demonstra a PNAD/2022 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2022 (IBGE, 2023). A importância de tentar desnaturalizar e desvendar os motivos da composição dos sujeitos da pesquisa com tais características está em reforçar a “presença da ausência” (Schwarcz, 2024) de pessoas de baixa renda, de mulheres-mães indígenas ou negras. Busca-se, especialmente, problematizar a pouca representatividade de raça e classe citadas no estudo atual, mas também identificar as desigualdades existentes quanto ao acesso aos espaços públicos de visitação, à circulação de informações, à estabilidade de uma linha telefônica por 7 anos ou ao acesso facilitado à internet que viabilizassem novo contato para responderem à pesquisa.

Dessa forma, é pertinente que futuras pesquisas criem estratégias de alcance às mulheres de estratos sociais mais desfavorecidos, de diferentes territórios e origens étnico-raciais para que suas experiências de cuidado durante o ciclo perinatal e na primeira infância de seus filhos sejam ouvidas e investigadas com maior profundidade.

Ao buscar investigações com a mesma temática, observa-se a escassez de estudos empíricos que descrevem as atividades de trabalho emocional e cognitivo,

evidenciando a necessidade de mais pesquisas que iluminem o debate acadêmico e político sobre os temas.

Por fim, a pesquisa possibilitou dar visibilidade ao trabalho emocional e ao trabalho cognitivo como partes essenciais do trabalho de cuidado em contextos familiares na primeira infância, sendo esses componentes da sobrecarga materna e dimensões de trabalho atribuições quase exclusivas das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], v. 00, n. 18, p. 81-117, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151804>. Acesso em: 2 dez. 2021.

BONELLI, Maria da Glória. Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 22, p. 357-372, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644645>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.721, de 8 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar o direito de acompanhamento psicológico a gestantes, a parturientes e a puérperas. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14721.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14721.htm). Acesso em: 21 fev. 2026.

DAMINGER, Alison. The cognitive dimension of household labor. **American Sociological Review**, v. 84, n. 4, p. 609-633, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0003122419859007>. Acesso em: 22 set. 2025.

DATAFOLHA. **Mulheres e a Pandemia**: percepções sobre o trabalho em casa e a divisão de tarefas. São Paulo: Instituto Datafolha; C6 Bank, 2020. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Trad. Heci Regina Candiani. Vol.1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. Tradução de José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261-287, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios>. Acesso em: 14 ago. 2026.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GUEDES, Raquel da Silva; BEZERRA, Sabrina Rafael; SILVA, Fábio Ronaldo da. As mulheres e o trabalho do cuidado: sobrecarga, amor ou uma problemática invisível? **Mnemosine no Cerrado**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 251-271, 2023. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/mnemosine/article/view/2766>. Acesso em: 12 set. 2025

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, v. 2, n. 17/18, p. 139-56, 2001.

HIRATA, Helena. **O cuidado**: teoria e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The managed heart**: commercialization of human feeling. Berkeley: University of California Press, 1983. Disponível em: <https://archive.org/details/managedheartcomm0000hoch>. Acesso em: 22 set. 2025.

HOCHSCHILD, Arlie Russell; MACHUNG, Anne. **The second shift**: working families and the revolution at home. Rev. ed. New York: Penguin Books, 2012.

HUSSO, Marita; HIRVONEN, Helena. Gendered Agency and Emotions in the Field of Care Work. **Gender, Work & Organization**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 29-51, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.2011.00565.x>. Acesso em: 8 out. 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: rendimento de todas as fontes 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 12 p. ISBN 978-85-240-4565-3. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2026.

IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015**. Brasília: Ipea; ONU Mulheres, 2017.

KEUNECKE, Ana Lúcia Dias da Silva. O capital invisível investido na maternidade. **Carta Capital**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-capital-invisivel-investido-na-maternidade/>. Acesso em: 25 set. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli *et al.* (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernandes Rezende; PENA, Alexandra. Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 46, p. e237202, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046237202>. Acesso em: 20 out. 2021.

KRSTIĆ, Anja; SHEN, Winny; VARTY, Christianne T.; LAM, Janice Y.; HIDEĞ, Ivona. Taking on the invisible third shift: The unequal division of cognitive labor and women's work outcomes. **Psychology of Women Quarterly**, Thousand Oaks, v. 49, n. 2, p. 205-219, jun. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03616843251330284>. Acesso em: 24 set. 2025.

LANSKY, Sônia; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de; PEIXOTO, Eliane Rezende de Moraes; SOUZA, Kleyde Ventura de; FERNANDES, Luísa Mourão Motta; FRICHE, Amélia Augusta de Lima. The Senses of Birth intervention to decrease cesarean and prematurity rates in Brazil. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, v. 145, n. 1, p. 91-100, 2019.

LUDOVICO, Marcela Toledo. **O capital invisível investido pelas mães no cálculo da pensão alimentícia**: um estudo sob a ótica do julgamento com perspectiva de gênero. 2024. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/9096>. Acesso em: 25 set. 2025.

MARTINE, George. Brazil's fertility decline, 1965-95: a fresh look at key factors. **Population and Development Review**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 47-75, mar. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2137686>. Acesso em: 5 out. 2025.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2015, v. 00, n. 18. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151802>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PICANÇO, Felícia; ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; COVRE-SUSSAI, Maira. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 38, p. 1-31, 2021. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1720>. Acesso em: 5 fev. 2022.

REGO, Juliana Macedo; FERNANDES, Sabrina Orlando; PAULA, Helga Maria Martins. Maternidade e trabalho doméstico: quanto vale o cuidado? Análise a partir da teoria feminista do direito. **Atâtô - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 7-15, 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/atatot/article/view/13113>. Acesso em: 25 set. 2025.

REICH-STIEBERT, Natalia; FROEHLICH, Laura; VOLTMER, Jan-Bennet. Gendered mental labor: a systematic literature review on the cognitive dimension of unpaid work within the household and childcare. **Sex Roles**, [s. l.], v. 88, n. 11, p. 475-494, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11199-023-01362-0>. Acesso em: 26 set. 2025.

RICH, Adrienne. **Of woman born**: motherhood as experience and institution. 10th anniversary ed. New York: W. W. Norton & Company, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude**: a presença da ausência. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SILVEIRA, Cristiane dos Santos. **O tempo do cuidado entre a vida e o trabalho**: contribuições para o debate jurídico do cuidado no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 1, p. 123-128, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/84983>. Acesso em: 10 out. 2021.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil: issues and policies in Brazil. **Cadernos De Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300004>. Acesso em: 06 fev.2025.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

VINCENT, Carol; BRAUN, Annette. Being 'fun' at work: emotional labour, class, gender and childcare. **British Educational Research Journal**, London, v. 39, n. 4, p. 751-768, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01411926.2012.680433>. Acesso em: 23 set. 2025.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

#### TRABALHO EMOCIONAL E TRABALHO COGNITIVO NAS EXPERIÊNCIAS DE GESTAR, PARIR E CRIAR

Emotional and cognitive labor in the experiences of gestating, giving birth, and raising children

#### **Hozana Reis Passos**

Doutorado em Educação pela UFMG  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Departamento  
Belo Horizonte, Brasil

[hozanapassos@gmail.com](mailto:hozanapassos@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9845-593X>

#### **Iza Rodrigues da Luz**

Doutorado em Educação pela UFMG  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Departamento de Ciências Aplicadas à Educação  
Belo Horizonte, Brasil

[izarodriguesluz@gmail.com](mailto:izarodriguesluz@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4772-1329>

#### **Isabel de Oliveira e Silva**

Doutorado em Educação pela UFMG  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino  
Belo Horizonte, Brasil

[isabel.os@uol.com.br](mailto:isabel.os@uol.com.br)

<https://orcid.org/0000-0003-2223-4548>

### ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Marquês de Herval, 10. Bairro Itatiaia. Cep: 31360750, Belo Horizonte, MG, Brasil.

### AGRADECIMENTOS

Às estudantes de pedagogia que colaboraram na coleta de dados, ao Coletivo Sentidos do Nascer e às mulheres participantes.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** H.R, Passos, I.R, Luz, I.O, Silva.

**Coleta de dados:** H.R, Passos.

**Análise de dados:** H.R, Passos.

**Discussão dos resultados:** H.R, Passos, I.R, Luz, I.O, Silva

**Revisão e aprovação:** H.R, Passos, I.R, Luz, I.O, Silva.

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

### FINANCIAMENTO

Este projeto contou com recursos da PROEX- UFMG- SIEX: 404550

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG em outubro de 2022, sob o parecer nº 5.709.533.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## EDITORES

Márcia Buss-Simão.

## HISTÓRICO

Recebido em: 27-02-2026 – Aprovado em: 05-07-2026 – Publicado em: 12-01-2026